

O *Jornal de Psicanálise* discute neste número o tema “A família em (des)ordem”. A idéia do tema, em alusão ao livro de Roudinesco, surgiu da observação, amplamente tratada por diversos autores, sobre as profundas transformações da família na contemporaneidade. Entre as muitas mudanças ganham relevo aquelas relacionadas às condições de procriação, à composição da família, à recomposição freqüente de casais e à passagem da soberania paterna para a materna.

Reconhecemos que estas mudanças no seio da família refletem outras mais amplas de todo o tecido social, político, tecnológico e econômico, forçando-nos a considerar tanto as condições propiciadoras de tais transformações como seus efeitos nas diferentes instâncias sociais, e que por isso mesmo merecem ser tratadas de forma abrangente e multidisciplinar. Talvez dentre as condições propiciadoras das transformações aqui aludidas mereçam destaque aquelas relativas ao desenvolvimento da biomedicina e às mudanças da economia de mercado, questões essas já relacionadas por princípio, pois o advento de modos seguros de contracepção levou a mulher a outro lugar social, competindo de maneira mais efetiva no mercado de trabalho e por isso mesmo distanciando-se de seu lugar no seio da família.

Dos eventos significativos vividos no centro da família se destacam o nascimento e a morte, ambos hoje objetos de profunda interferência dos avanços da biotecnologia — o nascimento desde a contracepção até a aplicação de múltiplas técnicas de fertilização, e a morte na possibilidade de sua postergação mediante o uso de sofisticados aparatos tecnológicos.

Por outro lado essas mudanças também forçam outras nas diferentes instâncias sociais, como, por exemplo, na legislação, que está sempre em defasagem com as possibilidades atuais. A esse respeito podemos nos perguntar, como sugere Michel Tort em relação às práticas instituídas concernentes aos embriões supranumerários, se a defesa da “ordem simbólica”, tão abalada pelas técnicas de procriação artificiais, nos levaria à questão da despenalização do aborto. A mesma discussão poderia ser feita em relação à morte: até que ponto é direito prolongar a vida? E à custa de quê?

Se as questões acima aludidas por si só já se constituem como inquietantes, elas não são propriamente o foco que nos interessa, pois procuramos refletir sobre os efeitos ou as conseqüências de tais transformações na constituição subjetiva de pais e filhos, bem como discutir as implicações dessas mudanças na clínica psicanalítica.

Reconhecendo que tratamos de questão complexa e que não cabe à psicanálise legislar a respeito, consideramos que ela pode sim nos ajudar a aproximar de forma

mais serena de tais questões, desde que não tomemos nossa metapsicologia como dogma e não nos fechemos ao diálogo com outras disciplinas.

Assim, se nosso convite aos nossos colaboradores deste número suscitou em cada um deles questões as mais diversas e enriquecedoras para a nossa discussão — a ponderação da necessidade da família para a constituição subjetiva da criança baseando-se no conceito freudiano de desamparo; o reconhecimento de que estamos sempre em crise dos referenciais simbólicos, o que nos levaria a constantemente produzir “organizações coletivas” para dar conta de nossa leitura do mundo; a análise da nova ordem familiar e seu impacto na formação subjetiva de crianças e adolescentes e a consideração de novas configurações psicopatológicas daí advindas; as novas formas de parentalidade e o desejo de maternidade na mulher; o impacto das questões socioeconômicas sobre a organização familiar relacionando-as à função paterna entre outras —, ele também propiciou o surgimento de trabalhos que não temem a incerteza e precariedade de nosso saber.

Boa leitura!

Leda Maria Codeço Barone
Editora

Alice Paes de Barros Arruda
Co-editora

Corpo Editorial
Alexandre Horta e Silva
Ana Maria Loffredo
Ana Maria Vieira Rosenzvaig
Beatriz Helena Peres Stucchi
Iliana Horta Warchavchik
Marta Úrsula Lambrecht